

Demonstrações Contábeis

Ale Combustíveis S.A.

31 de dezembro de 2018

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos diretores e acionistas da
Ale Combustíveis S.A.
Natal - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ale Combustíveis S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ale Combustíveis S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está consistente com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 17 de abril de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE 020728/O-7-T-CE

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota		
	explicativa	31/12/2018	31/12/2017
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	28.481	26.910
Contas a receber	4	1.887	3.637
Tributos a recuperar	5	2.023	1.723
Direito de exclusividade com postos	6	610	-
Outras contas a receber		1	118
Total do ativo circulante		33.002	32.388
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	4	9.512	10.694
Tributos a recuperar	5	1.072	1.805
Depósitos judiciais		7.381	7.447
Bens destinados à venda		-	817
Contas a receber - partes relacionadas	15	96.905	96.905
Despesas antecipadas		1	1
Direito de exclusividade com postos	6	155	-
Imobilizado	7	5.937	6.946
Intangível	8	-	891
Total do ativo não circulante		120.963	125.506
TOTAL DO ATIVO		153.965	157.894

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>explicativa</u>		
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Tributos a recolher		264	288
Adiantamentos de clientes		5	270
Contas a pagar partes relacionadas		738	-
Outras contas a pagar		691	576
Total do passivo circulante		<u>1.698</u>	<u>1.134</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	9	3.017	2.207
Tributos diferidos	14	732	911
Adiantamentos de clientes - partes relacionadas		-	738
Total do passivo não circulante		<u>3.749</u>	<u>3.856</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10	153.893	153.893
Prejuízo Acumulado		(5.375)	(989)
Total do patrimônio líquido		<u>148.518</u>	<u>152.904</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>153.965</u>	<u>157.894</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido/prejuízo por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas comerciais	11	(3.255)	(4.527)
Despesas gerais e administrativas	11	(4.034)	(7.945)
Outras receitas operacionais, líquidas	12	1.047	8.345
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(6.242)	(4.127)
Receitas financeiras	13	2.009	2.804
Despesas financeiras	13	(334)	(72)
PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		(4.567)	(1.395)
Imposto de renda e contribuição social	14		
Corrente		-	(154)
Diferido		(432)	190
Total		(432)	36
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(4.999)	(1.359)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(4.999)	(1.359)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(4.999)</u>	<u>(1.359)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucro	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		153.893	370	-	154.263
Prejuízo do exercício	10	-	-	(1.359)	(1.359)
Absorção de prejuízo		-	(370)	370	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>153.893</u>	<u>-</u>	<u>(989)</u>	<u>152.904</u>
Prejuízo do exercício	10	-	-	(4.999)	(4.999)
Dividendos intermediários		-	-	613	613
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>153.893</u>	<u>-</u>	<u>(5.375)</u>	<u>148.518</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(4.999)	(1.359)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	1.003	1.886
Amortização de direito de exclusividade	126	-
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(93)	(334)
Provisão para perda de ativos	317	-
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e de bens destinados à venda	215	(1.525)
Encargos financeiros sobre passivos	230	33
Atualização de impostos e juros ativos	(335)	(299)
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	655	2.003
Impostos diferidos	433	(190)
	(2.448)	215
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	1.598	1.898
Juros recebidos	16	-
Tributos a recuperar	549	(678)
Despesas antecipadas	-	1
Outras contas a receber	117	-
Depósitos judiciais	66	(1.706)
Contas a receber - partes relacionadas	-	571
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Tributos a recolher	(24)	(79)
Adiantamento de clientes	(265)	(726)
Outras contas a pagar	116	119
OUTROS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamento de processos judiciais	(75)	(1.623)
Juros pagos	-	13
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(350)	(1.995)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações financeiras restritas	-	7.709
Recebimento pela venda de imobilizado	1.921	2.792
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	1.921	10.501
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de dividendos	-	(5.504)
Caixa líquido nas atividades de financiamento	-	(5.504)
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	1.571	3.002
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.910	23.908
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	28.481	26.910
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	1.571	3.002

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECEITAS		
Outras receitas	1.563	11.099
Reversão de perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	93	334
	<u>1.656</u>	<u>11.433</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(996)	(7.044)
Recuperação (perda) de valores ativos	(2.496)	(2.279)
	<u>(3.492)</u>	<u>(9.323)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(1.836)</u>	2.110
Depreciação e amortização	(1.109)	(1.886)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>(2.945)</u>	224
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	2.009	2.804
	<u>2.009</u>	<u>2.804</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>(936)</u>	<u>3.028</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>(936)</u>	10.413
Impostos, taxas e contribuições		
– Federais	606	816
– Estaduais	15	24
– Municipais	162	61
	<u>783</u>	<u>901</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
– Juros	332	71
– Aluguéis	2.948	3.415
	<u>3.280</u>	<u>3.486</u>
Remuneração de capitais próprios		
– Prejuízo retidos do exercício	(4.999)	(1.359)
	<u>(4.999)</u>	<u>(1.359)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ALE COMBUSTÍVEIS S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, possui filiais nos estados do Paraná, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e atualmente tem como atividades preponderantes: a comercialização de álcool hidratado, querosene e gás natural veicular. A Companhia também atua no mercado de distribuição de derivados de petróleo, entre outras atividades listadas em seu estatuto social.

A Companhia não efetua venda de combustíveis a consumidor final, não possuindo postos de combustíveis sob sua administração. Atualmente, as vendas de combustíveis efetuadas pela Companhia são preponderantemente para a sua controladora, a ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.

A Companhia depende financeiramente da sua controladora ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. A Administração da ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A., vem avaliando opções como reestruturação societária (possível incorporação societária da Companhia no grupo acionista) e planos operacionais visando ao incremento em suas vendas na região Sudeste e à redução de custos de operação e logística, tendo como consequência melhoria em suas margens operacionais. A continuidade das operações da Companhia depende dos recursos oriundos de sua controladora e de implantação bem-sucedida do processo de reestruturação societária e planos operacionais estimados para ocorrerem durante o exercício de 2018.

Sua atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e a permissão para funcionamento não possui prazo de validade. Existe a exigência de estar regularizado no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, o qual possui atualizações de certidões de débitos de tributos e contribuições federais e previdenciárias. A tributação dos produtos que a Companhia pode operar é a seguinte:

Produto	Tributação
Gasolina e diesel	ICMS sob regime de substituição tributária, e PIS/COFINS com incidência monofásica, todos pelo produtor (refinaria) ou importador. Desta forma, no restante da cadeia produtiva (o distribuidor e o revendedor), independentemente do tipo de operação, não há tributação, não havendo créditos nas aquisições dos referidos produtos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL – Continuação

Álcool hidratado	<p>O ICMS ocorre na distribuidora por substituição tributária, ficando o posto revendedor desonerado do imposto.</p> <p>A contribuição para o PIS e a COFINS do álcool hidratado para fins carburantes a partir de 20/07/2017 as vendas realizadas por Distribuidora passam a ser tributadas por força do Decreto no 9101 e 9.112/2017, com as pautas de R\$ 19,81 (dezenove reais e oitenta e um centavos) e R\$ 91,10 (noventa e um reais e dez centavos) por metro cúbico de álcool.</p>
Gás natural	<p>O ICMS ocorre sob o regime de substituição tributária, com a incidência na concessionária. Quanto ao PIS e COFINS a incidência é não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente, no qual a distribuidora tem direito aos créditos da etapa anterior.</p>
Biodiesel B-100	<p>O ICMS, PIS e COFINS estão embutidos nas operações de venda de diesel pela refinaria. Isso ocorre porque a finalidade do biodiesel B-100 é ser misturado ao diesel para distribuição.</p>
Álcool anidro	<p>O ICMS ocorre na distribuidora por substituição tributária, ficando o posto revendedor desonerado do imposto.</p> <p>A contribuição para o PIS e a COFINS do álcool hidratado para fins carburantes a partir de 20/07/2017 as vendas realizadas por Distribuidora passam a ser tributadas por força do Decreto nº 9101 e 9.112/2017, com as pautas de R\$ 19,81 (dezenove reais e oitenta e um centavos) e R\$ 91,10 (noventa e um reais e dez centavos) por metro cúbico de álcool.</p>

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*” e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- Continuação

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), a moeda funcional da Companhia.

2.2.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.2.2.1. Ativos financeiros

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- Continuação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) custo amortizado; (b) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (c) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado abrangente. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

No caso da Companhia os ativos financeiros compreendem:

a) Custo amortizado

Ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado.

Compreendem:

- Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com data para resgate de até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- Contas a receber

As contas a receber são demonstradas ao custo amortizado, menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo, e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Os valores a receber decorrentes de renegociações com clientes rendem juros que são apropriados ao resultado financeiro pela fluência do prazo (método de reconhecimento de juros), estando na data do balanço representados pelo valor presente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- Continuação

b) Mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos.

c) Mensurado a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros não classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurado a valor justo por meio do resultado.

2.2.2.2. Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita ou despesa de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e montantes pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.2.2.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem, mas não se limitam a: a) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros e do principal; c) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; d) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- Continuação

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas ao resultado. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.2.2.4 Baixa de ativos e passivos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado, o montante pago e a pagar é reconhecido no resultado.

2.2.2.5. Perdas relacionadas a contas a receber

Conforme nota explicativa nº 6, a Companhia adota o critério de efetuar perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa para todos os títulos referentes a venda de produto e contratos em geral após 30 dias de vencidos. Para as renegociações comerciais, a provisão é constituída após 180 dias de vencido, sendo também provisionado o risco total do contas a receber conforme a experiência histórica de perda de crédito de cada segmento de negócio, ajustada por fatores prospectivos específicos para os devedores e pelo ambiente econômico. Levando em conta o agrupamento dos clientes com características de inadimplência similares, por canal de venda e *rating* interno.

2.2.3. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- Continuação

2.2.4. Direito de exclusividade

Os custos incorridos com postos fidelizados são valores concedidos aos clientes e estão condicionados a prazos e desempenhos a serem cumpridos pelos mesmos, em especial ao consumo de volumes previstos em contratos de exclusividade de fornecimento de combustíveis. Os custos incorridos são apropriados ao resultado ao longo do prazo contrato de exclusividade entre a Ale e o cliente fidelizado.

2.2.5. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.2.6. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.2.7. Direitos e obrigações

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em despesas e receitas financeiras. As obrigações são classificadas em:

(a) Circulante

São as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- Continuação

(b) Não circulante

São as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

2.2.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

2.2.9. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, nos casos aplicáveis, estão demonstradas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 9.

2.2.10. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

2.2.10.1. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.2.10.2. Receita financeira

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- Continuação

2.2.11. Uso de estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário que a Administração faça uso de estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, vida útil do ativo imobilizado e perdas relacionadas a contas a receber e recuperação do valor de ativos, e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda diferido, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

2.2.12 Lucro (prejuízo) líquido por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a sua média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados nos termos do CPC 41 - Resultado por ação.

2.2.13. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como informação suplementar às demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS – Continuação

2.2.14. Alterações em políticas contábeis adotadas pela Companhia

A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração estão descritas abaixo:

CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com clientes

Tem como fundamento principal o reconhecimento de receita quando as mercadorias ou os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação.

A Companhia, ao avaliar os contratos com cliente, utiliza julgamento para identificar se os contratos podem ser combinados, se há modificações de contratos, determinar bens e serviços distintos e se as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo ou em determinado momento, se há descontos implícitos no contato e determinar componentes de financiamento significativos.

A Companhia na adoção do CPC 47 identificou que os contratos de exclusividade com os postos de combustíveis da rede “ALE” devem ser classificados no balanço patrimonial em rubrica própria do ativo e não mais no intangível. Nesta perspectiva, adotou-se o método retrospectivo com efeito cumulativo de transição considerando os efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: (i) reclassificação de despesa com amortizações para conta redutora de receita; (ii) ajuste do EBITDA, pela mudança no tratamento da amortização do intangível; (iii) reclassificação na demonstração de fluxo de caixa da atividade de investimento para atividade operacional. Em linhas gerais, foram realizados os seguintes ajustes aos valores reconhecidos no balanço patrimonial na data de aplicação inicial:

	Controladora		
	CPC 30	Reclassificação	CPC 47
Circulante - Direito de exclusividade com postos	-	610	610
Não circulante - Direito de exclusividade com postos	-	155	155
Não circulante - Ativos intangíveis	765	(765)	-

CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 Instrumentos Financeiros substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros:

Com início em 1º de janeiro de 2018 a norma introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de *impairment* para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de *hedge*.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS – Continuação

A norma elimina as antigas categorias do CPC 38 para classificação de ativos financeiros: (i) mantidos até o vencimento; (ii) empréstimos e recebíveis; e (iii) disponíveis para venda. Contudo, o impacto nas classificações não gerou impacto na mensuração dos ativos financeiros.

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Classificação CPC 38</u>	<u>Nova classificação CPC 48</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
Aplicações financeiras	Mantidas até o vencimento	Custo amortizado

A adoção da CPC 48 não teve efeito nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A nova norma substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 48 pelo modelo de “perdas esperadas”. Para o contas a receber de clientes, a Companhia optou pela adoção do expediente prático de matriz de provisões proposta no parágrafo B5.5.35 do pronunciamento.

Para o provisionamento das perdas esperadas, a Companhia teve como base a experiência histórica de perda de crédito de cada segmento de negócio, ajustada por fatores prospectivos específicos para os devedores e pelo ambiente econômico. Foi considerado o agrupamento dos clientes com características de inadimplência similares, por canal de venda e *rating* interno.

2.2.15. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (Leasing)

A norma é efetiva para períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2019. Introduce um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que um ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia, esses ativos e passivos são inicialmente mensurados com base no valor presente.

Cada pagamento do arrendamento é reconhecido entre o passivo e o custo financeiro, esse último é apropriado no resultado da companhia no período do contrato produzindo uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo de cada período. O ativo de direito de uso é depreciado totalmente durante a sua vida útil que finda com o término do contrato.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- Continuação

Foi optado pela abordagem retrospectiva modificada, com efeito acumulativo como metodologia de transição, ou seja, sem a necessidade de reapresentação de informações comparativas. Os cálculos serão baseados no passivo de arrendamento na data de transição. A Companhia e suas controladas avaliaram os potenciais efeitos em suas demonstrações contábeis e espera um impacto relevante no reconhecimento do direito de uso e dívidas de arrendamento mercantil de bases de distribuição e imóveis dos postos de serviços. A mensuração inicial dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso estão estimados em R\$ 9.053.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	261	188
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Compromissadas	-	8.825
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	28.220	17.897
Total	28.481	26.910

As aplicações financeiras são de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Os certificados de depósitos bancários são remunerados com base em taxas que variam entre 94,0% e 98,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As operações compromissadas têm remuneração entre 96,5% e 98,75% do CDI e os Fundos de Investimento tem remuneração que variam entre 83,47% a 83,68% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a receber de clientes	25.413	27.293
Financiamento a clientes	3.442	2.778
Renegociações comerciais	16.083	16.333
Títulos a receber	2.930	4.489
Total	47.868	50.893
Perda estimada em créditos de liquidação	(36.469)	(36.562)
Total	11.399	14.331
Ativo circulante	(1.887)	(3.637)
Ativo não circulante	9.512	10.694

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

4. CONTAS A RECEBER – Continuação

Até o ano de 2009, a carteira de clientes da Companhia era totalmente diversificada, a partir dessa data passou à controladora Alesat Combustíveis S.A. Assim, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos de contas a receber de clientes, de financiamento a clientes e de renegociações com clientes, referem-se substancialmente a transações ocorridas até o exercício de 2009.

Financiamentos a clientes foram concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis.

As contas a receber de longo prazo referem-se a valores renegociados com os clientes, cujas parcelas têm vencimento a partir de janeiro de 2020 e último vencimento em 2061. Sobre o saldo devedor incidem juros, os quais são reconhecidos pela fluência do prazo.

Os títulos a receber referem-se a valores decorrentes de venda de bens do ativo imobilizado.

Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos seguintes critérios:

- a) Contas a receber: títulos vencidos acima de 30 dias, exceto os valores que se encontram em fase de negociação com o cliente;
- b) Renegociação com clientes: títulos vencidos acima de 180 dias;
- c) Clientes com características de inadimplência similares, por canal de venda e *rating* interno para as perdas esperadas.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

4. CONTAS A RECEBER – Continuação

<u>Contas a receber por idade de vencimento</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>A vencer:</u>		
A vencer até 30 dias	228	1.011
A vencer de 31 a 90 dias	216	473
A vencer de 91 a 180 dias	245	558
A vencer de 181 a 360 dias	801	1.266
A vencer de 361 a 720 dias	768	1.324
A vencer acima de 720 dias	8.794	9.479
Total a vencer	<u>11.052</u>	<u>14.111</u>
 <u>Vencidos:</u>		
Vencidos até 30 dias	240	195
Vencidos de 31 a 60 dias	36	35
Vencidos de 61 a 90 dias	19	19
Vencidos há mais de 91 dias	36.521	36.533
Total vencido	<u>36.816</u>	<u>36.782</u>
Total	<u>47.868</u>	<u>50.893</u>

A movimentação do saldo da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa está assim representada:

Saldos em 31 de dezembro de 2016	36.896
Adições	530
Baixas	(632)
Reversões	<u>(232)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	36.562
Adições	183
Baixas	(228)
Reversões	<u>(48)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>36.469</u>

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ICMS a recuperar	588	588
ICMS ressarcimento	-	733
PIS e COFINS a recuperar	456	456
Imposto de renda a recuperar	2.051	1.751
Total	<u>3.095</u>	<u>3.528</u>
Ativo circulante	<u>(2.023)</u>	<u>(1.723)</u>
Ativo não circulante	<u>1.072</u>	<u>1.805</u>

6. DIREITO DE EXCLUSIVIDADE COM POSTOS

Referem-se aos direitos previstos no contrato com os postos de combustíveis da rede “ALE” registrado no momento do desembolso e reconhecidos no resultado como redutor da receita conforme a amortização definida nos contratos. A movimentação é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Adoção do CPC 47	891
Saldo Inicial Reapresentados	891
Adições	-
Amortização	(126)
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>765</u>
Circulante	<u>(610)</u>
Não circulante	<u>155</u>

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

7. IMOBILIZADO

	Taxas médias ponderadas de depreciação	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	0,00%	1.748	-	1.748	1.748
Edificações	4,00%	1.857	(1.422)	435	476
Benfeitorias em imóveis de terceiros	27,21%	20.918	(19.300)	1.618	1.860
Elementos visuais	7,35%	17.990	(17.877)	113	346
Máquinas e equipamentos	4,54%	24.364	(22.347)	2.017	2.509
Móveis e Utensílios	20,00%	4.104	(4.098)	6	7
Total		70.981	(65.044)	5.937	6.946

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Referem-se basicamente a benfeitorias realizadas em postos de combustíveis localizados em diversos estados.

Contratos de comodato

A Companhia possui contratos de comodato de máquinas e equipamentos com terceiros, com contrapartida a garantia de compra de volume de combustíveis pactuados nos referidos contratos.

A movimentação do ativo imobilizado encontra-se demonstrada a seguir:

	Saldo em		Saldo em	
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
<u>Custo</u>				
Terrenos	1.748	-	-	1.748
Edificações	1.857	-	-	1.857
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20.923	-	(5)	20.918
Elementos visuais	18.074	-	(84)	17.990
Máquinas e equipamentos	24.420	-	(56)	24.364
Outros	4.104	-	-	4.104
Total	71.126	-	(145)	70.981
<u>Depreciação</u>				
Edificações	(1.381)	(41)	-	(1.422)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(19.063)	(242)	5	(19.300)
Elementos visuais	(17.728)	(233)	84	(17.877)
Máquinas e equipamentos	(21.911)	(486)	50	(22.347)
Outros	(4.097)	(1)	-	(4.098)
Total	(64.180)	(1.003)	139	(65.044)
Imobilizado líquido	6.946	(1.003)	(6)	5.937

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

7. IMOBILIZADO – Continuação

	Saldo em				Saldo em
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
<u>Custo</u>					
Terrenos	1.748	-	-	-	1.748
Edificações	1.857	-	-	-	1.857
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20.929	-	-	(6)	20.923
Elementos visuais	18.185	-	(111)	-	18.074
Máquinas e equipamentos	24.890	-	(470)	-	24.420
Móveis e Utensílios	4.104	-	-	-	4.104
Total	71.713	-	(581)	(6)	71.126
<u>Depreciação</u>					
Edificações	(1.339)	(42)	-	-	(1.381)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.254)	(815)	-	6	(19.063)
Elementos visuais	(17.512)	(327)	111	-	(17.728)
Máquinas e equipamentos	(21.800)	(567)	456	-	(21.911)
Móveis e Utensílios	(4.096)	(1)	-	-	(4.097)
Total	(63.001)	(1.752)	567	6	(64.180)
Imobilizado líquido	8.712	(1.752)	(14)	-	6.946

8. INTANGÍVEL

	31/12/2017	Adoção do CPC 47	Saldo Ajustado 01/01/2018	31/12/2018
<u>Custo</u>				
Ágio na aquisição de controladas	82.641	-	82.641	82.641
Contratos de mutuo para investimento	32.330	(32.330)	-	-
Total	114.971	(32.330)	82.641	82.641
<u>Amortização</u>				
Custo incorrido com postos fidelizados	(31.439)	31.439	-	-
Total	(31.439)	31.439	-	-
<u>Provisão para desvalorização</u>				
Ágio na aquisição de controladas	(82.641)	-	(82.641)	- 82.641
Total	(82.641)	-	(82.641)	(82.641)
Saldo líquido	891	(891)	-	-

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

8. INTANGÍVEL -- Continuação

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Custo</u>			
Ágio na aquisição de controladas	82.641	-	82.641
Custo incorrido com postos fidelizados	<u>32.330</u>	<u>-</u>	<u>32.330</u>
Total	114.971	-	114.971
<u>Amortização</u>			
Custo incorrido com postos fidelizados	<u>(31.305)</u>	<u>(134)</u>	<u>(31.439)</u>
Total	(31.305)	(134)	(31.439)
<u>Provisão para desvalorização</u>			
Ágio na aquisição de controladas	<u>(82.641)</u>	<u>-</u>	<u>(82.641)</u>
Total	(82.641)	-	(82.641)
Saldo líquido	<u>1.025</u>	<u>(134)</u>	<u>891</u>

9. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas	386	405
Fiscais	414	18
Cíveis	2.217	1.784
Total	<u>3.017</u>	<u>2.207</u>

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

9. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS -- Continuação

As movimentações ocorridas no exercício estão apresentadas a seguir:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	831	16	947	-	1.794
Adição	458	-	1.737	-	2.195
Atualização	4	2	27	-	33
Reversão	(151)	-	(41)	-	(192)
Baixa por pagamento	(737)	-	(886)	-	(1.623)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	405	18	1.784	-	2.207
Adição	10	387	334	23	754
Atualização	3	9	218	-	230
Reversão	-	-	(99)	-	(99)
Baixa por pagamento	(32)	-	(20)	(23)	(75)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	386	414	2.217	-	3.017

A Companhia possui diversos processos de natureza cível, trabalhista e fiscal em discussão, no montante de R\$ 38.138 (2017: R\$ 32.347) em 31 de dezembro de 2018, cuja perda foi estimada como possível pelos assessores legais externos e pela Administração, não estando, portanto, nenhuma provisão registrada nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2018.

Os principais processos considerados como “possíveis” em 31 de dezembro de 2018 decorrem de fiscalizações das Secretarias da Receita Estadual do Distrito Federal, Mato Grosso e Paraná referente à contestação de alguns créditos aproveitados pela Companhia e diferenças nos repasses das operações interestaduais.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é R\$ 153.893 e está representado por 153.893.283 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, demonstradas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade</u>
Alecred Promotora de Negócios de Créditos Ltda.	1
Alesat Combustíveis S.A.	153.893.282
Total	153.893.283

Destinação do lucro

De acordo com o estatuto social, os lucros apurados em cada exercício, após deduções legais, terão a destinação que for determinada pela Assembleia Geral.

Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores (após absorção de prejuízos acumulados):

- Parcela destinada à constituição da reserva legal;
- Importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e
- Lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.

A Companhia poderá, a qualquer momento, por deliberação do Conselho de Administração, pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e demais legislações pertinentes.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

11. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1), apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Classificada como:</u>		
Despesas comerciais	(3.255)	(4.527)
Despesas gerais e administrativas	<u>(4.034)</u>	<u>(7.945)</u>
Total	<u><u>(7.289)</u></u>	<u><u>(12.472)</u></u>
<u>Despesas por natureza:</u>		
Depreciação e amortização	(1.109)	(1.886)
Serviços de terceiros	(120)	(280)
Outras despesas	<u>(6.060)</u>	<u>(10.306)</u>
Total	<u><u>(7.289)</u></u>	<u><u>(12.472)</u></u>

12. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado com venda de bens, líquida	(514)	1.527
Receita de aluguel	1.570	6.661
Despesas tributárias	(342)	(932)
Outras receitas	<u>333</u>	<u>1.089</u>
Total	<u><u>1.047</u></u>	<u><u>8.345</u></u>

13. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicação financeira	1.657	2.493
Juros ativos	336	298
Outros	<u>16</u>	<u>13</u>
Total	<u><u>2.009</u></u>	<u><u>2.804</u></u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros passivos	(235)	(34)
Descontos financeiros concedidos	-	(31)
Outras	<u>(99)</u>	<u>(7)</u>
Total	<u><u>(334)</u></u>	<u><u>(72)</u></u>
Resultado financeiro, líquido	<u><u>1.675</u></u>	<u><u>2.732</u></u>

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 20.781 (2017: R\$ 19.257). A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido desses créditos por não atender a todos os critérios estabelecidos no CPC 32 – Tributos sobre o lucro. O crédito fiscal dos tributos sobre o lucro totaliza, aproximadamente, 34% do prejuízo fiscal acumulado informado acima.

A movimentação do imposto diferido passivo encontra-se demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2016	(1.101)
Baixa por compensação na própria Companhia	190
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(911)
Baixa por realização	179
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(732)

A seguir encontra-se demonstrada a conciliação do imposto de renda e contribuição social:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(4.567)	(1.395)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas combinadas	1.553	474
Ajustes para determinação da despesa:		
<i>Adições:</i>		
Despesas não dedutíveis	(237)	(268)
Outros	(1.229)	(170)
Subtotal	87	36
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	(519)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(432)	36

Lei 12.973/14 (conversão da Medida Provisória nº 627/13)

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que, dentre outras matérias, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRS).

Desde o ano-calendário de 2017, a Companhia vem adotando os dispositivos da legislação acima citado.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	SALDOS			
	Contas a receber		Outros passivos	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Alesat Combustíveis S.A.	96.905 (a)	96.905 (a)	-	738 (b)
Total	96.905	96.905	-	738

	TRANSAÇÕES	
	Receita	
	31/12/2018	31/12/2017
Alesat Combustíveis S.A.	-	4.568 (c)
Total	-	4.568

As principais transações com partes relacionadas estão relacionadas a seguir:

- (a) Saldo a receber referente a transações de vendas de combustíveis com a ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A., Companhia controladora, basicamente, a valor de custo;
- (b) Saldos a pagar com ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A., referente à antecipação de recursos para aquisição de produtos para revenda. Esses saldos não apresentam encargos financeiros nem data estabelecida para liquidação;
- (c) Refere-se ao aluguel da base de Guarulhos e Pool de Paulínia.

16. COMPROMISSOS

A Companhia possui contratos de aluguel (sem opções de compra) e de locação de imóveis, os quais são atualizados anualmente com base no IGP-M. Estes contratos possuem prazos de vigência médio de 10 anos e os totais de pagamentos mínimos futuros não canceláveis para cada um dos períodos estão demonstrados a seguir:

Ano	31/12/2018	31/12/2017
2018	-	3.697
2019	3.204	3.602
2020	3.314	3.106
2021	2.440	1.608
2022	1.118	1.065
Após 2022	481	2.692
Total	10.557	15.770

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como taxas de juros e risco de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração. A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Principais fatores de risco da Companhia

a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores referentes à distribuição de petróleo e seus derivados a seus clientes. Este risco é minimizado por um controle estrito da base de clientes, gerenciamento do ativo da inadimplência e registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa, segundo critérios adotados pela Administração como adequados (vide nota explicativa nº 4).

b) Concentração de cliente

No início de 2009 e durante 2010 a carteira de clientes da Companhia, que antes era totalmente diversificada, foi dada majoritariamente à sua controladora ALESAT Combustíveis S.A.

c) Concentração de fornecedor

Como a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) é a principal fornecedora de combustíveis derivados de petróleo no mercado interno, as vendas de combustíveis podem sofrer um impacto adverso materialmente relevante caso ocorra uma interrupção significativa no fornecimento por parte deste fornecedor. Qualquer interrupção pode afetar imediatamente a habilidade de fornecer combustível para os nossos clientes. Caso a Companhia não seja capaz de obter o fornecimento de combustíveis da Petrobras em termos aceitáveis ao seu negócio, poderá atender a demanda através de compras através de importação. Os custos dos combustíveis praticados pelos outros fornecedores podem ser mais onerosos do que o custo praticado pela Petrobras.

d) Risco de taxa de juros

Os equivalentes de caixa são mantidos em papéis remunerados pelo CDI. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem flutuações nessas taxas.

ALE COMBUSTÍVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra maneira indicado)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – Continuação

- e) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

A Companhia procedeu à avaliação dos valores de mercado de seus instrumentos financeiros nas datas-bases 31 de dezembro de 2018 e de 2017. Essa avaliação não indica valores de mercado diferentes dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor de mercado de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas:

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em caixa e bancos, em face de sua liquidez, têm valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	Valor contábil e de mercado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Ativo</u>		
Caixa e Bancos	261	188
Aplicações financeiras de liquidez imediata	28.220	26.722

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 16 de abril de 2019.